

MERCADOS

Bovespa resiste à geopolítica e sobe 0,28%, a 189,3 mil pontos

LUIZ EDUARDO LEAL/AE

Pela exposição da B3 ao setor de energia, em especial às ações de Petrobras (ON +4,63%, PN +4,58%), a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) resistiu bem ao sacolejo geopolítico decorrente da aguda ação de EUA e Israel contra o Irã - uma atuação militar direta que, segundo o presidente Donald Trump, pode durar quatro ou cinco semanas.

O efeito mais visível ontem, se deu nos preços do petróleo, em alta acentuada desde a sessão asiática, ainda na noite de domingo no Hemisfério Ocidental - no fechamento de Londres e Nova York, os contratos futuros do Brent e do WTI mais líquidos mostravam, pela ordem, alta de 6,68% e 6,28%.

Na B3, o Ibovespa (Índice Bovespa) reagiu à tarde e lutou a princípio por leve ganho e, depois, acompanhando também a melhora em Nova York, chegou a mostrar um avanço mais consistente, de 0,7% na máxima do dia, no fim da tarde. Mas, muito correlacionado a Nova York ao longo da sessão, perdeu dinamismo no fechamento, em alta moderada a 0,28%, aos 189.307,02 pontos. O giro foi a R\$ 31,7 bilhões.

Entre a mínima e a máxima, oscilou dos 186.637,98 até os 190 110,43 pontos, tendo saído de abertura aos 188.786,34 pontos. No ano, o índice da B3 sobe 17,49%. Em Nova York, no fechamento, Dow Jones - 0,15%, S&P 500 +0,04% e Nasdaq +0,36%.

PRIMEIRO SEMESTRE

Latam vai ampliar voos domésticos em 9% no Brasil

ELISA CALMON/AE

A Latam Brasil ampliará o volume de frequências em voos domésticos no primeiro semestre de 2026 em 9%, na comparação com o mesmo período de 2025. A maior parte dos incrementos está concentrada nos hubs de São Paulo (Guarulhos e Congonhas) e Brasília.

No entanto, a companhia também vai reforçar mercados regionais estratégicos, especialmente nas regiões Norte e Sul, ampliando a integração entre capitais e cidades de médio porte. A oferta da rota Belém-Macapá, por exemplo, passará de três para oito voos semanais a partir de abril.

"A Latam vem nos últimos anos investindo no crescimento sustentável de sua malha e os incrementos de voos neste primeiro semestre são resultado deste olhar muito atento e racional às oportunidades de mercado", afirma a diretora de Vendas e Marketing da Latam Brasil, Aline Mafra.

Os novos voos serão operados integralmente pela frota da família Airbus A320 da Latam. Portanto, ainda não estão relacionados à aquisição de

Dessa forma, na ponta ganhadora do Ibovespa, à exceção de B3 (+3,30%), destaque para as ações do setor de energia para além de Petrobras, com nomes como Prio (+5,12%), PetroReconcavo (+3,33%) e Brava (+2,84%), bem como para Raízen (+3,17%).

No lado oposto, Braskem (-3,55%), Multiplan (-3,1%), Marcopolo (-2,91%) e Usiminas (-2,4%). Entre as blue chips, Vale ON mostrava baixa de 0,35% no fechamento. Entre os maiores nomes do setor financeiro, destaque para a queda de 1,8% em Itaú PN, principal papel do segmento. No encerramento, Bradesco PN (+0,38%) e Santander (Unit +0,06%) conseguiram se descolar da correção dos maiores bancos, em fechamento neutro para Banco do Brasil ON, sem variação, e de leve perda para BTG (Unit -0,28%).

DÓLAR

Depois de escalar a R\$ 5,21 pela manhã com a aversão a risco generalizada diante da guerra entre os Estados Unidos e o Irã, o dólar à vista arrefeceu a alta e encerrou a R\$ 5,1659 (+0,62%). Operadores do mercado financeiro mencionam que houve uma moderação no sentimento negativo ao longo da tarde, focando na possibilidade de o conflito não se estender. Além disso, o real é a terceira moeda com maior exposição ao preço do petróleo - que nesta segunda-feira, saltou mais de 6% - segundo cálculos do JPMorgan.

até 70 aeronaves Embraer E195-E2, anunciada em setembro de 2025.

Com a entrega dos 24 pedidos firmes, a companhia avalia a abertura de novos destinos regionais, além de otimizações na malha atualmente operada. A projeção é que as entregas comecem a partir do quarto trimestre de 2026.

EXPANSÕES

No Aeroporto de Guarulhos, a companhia retomará em maio a oferta habitual para Joinville e aumentará voos para Maringá, além de expandir, já em abril, as rotas para Porto Seguro e Dourados.

Em Congonhas, elevará as frequências para Goiânia e ampliará operações para Curitiba, Belo Horizonte/Confins e Florianópolis entre fevereiro e abril. Já em Brasília, houve aumento de voos para Curitiba e para São Paulo/Congonhas.

No Sul, a expansão de frequências para Joinville, Curitiba e Florianópolis reforça a conexão com grandes centros econômicos, enquanto no Sudeste a rota Rio de Janeiro/Galeão-Vitória ganhará mais voos a partir de maio. As mudanças ainda podem passar por ajustes pontuais.

ANP

Produção de petróleo e gás da Petrobras cresce 17,2%

DENISE LUNA/AE

A produção de petróleo e gás natural da Petrobras subiu 17,2% em um ano, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgados ontem. A estatal registrou em janeiro deste ano produção de 3,165 milhões de barris de óleo equivalente por

dia (boed), contra 2,7 milhões de boed em janeiro de 2025.

Segundo a ANP, a Petrobras produziu, em média, 2,4 milhões de barris de petróleo por dia (bpd) e 120,1 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia (m3/d).

No total, o Brasil produziu 5,168 milhões de boed em janeiro, 15,8% a mais do que o obtido em janeiro de 2025. Com relação

ao petróleo, foram extraídos 3,953 milhões de bpd, uma queda de 1,5% na comparação com o mês anterior. A produção de gás natural em janeiro foi de 193,16 milhões de m3/d. Houve queda de 0,6% frente a dezembro e aumento de 20,2% na comparação com janeiro de 2025.

PRÉ-SAL

No pré-sal, a produção total

em janeiro foi de 4,129 milhões de boe/d e correspondeu a 79,9% da produção brasileira. A produção teve uma redução de 1,8% em relação ao mês anterior e crescimento de 19% na comparação com igual mês de 2025. Foram produzidos 3,167 milhões de bbl/d de petróleo e 152,98 milhões de m3/d de gás natural por meio de 177 poços.

MONTADORA

Carro elétrico da BYD foi o mais vendido no varejo em fevereiro

EDUARDO LAGUNA/AE

O Brasil teve pela primeira vez um carro elétrico na primeira colocação em vendas no varejo. Isso aconteceu no mês passado, quando o Dolphin Mini, da BYD, foi o mais vendido nas concessionárias brasileiras, excluindo da conta as vendas diretas a clientes como locadoras de automóveis.

Em fevereiro, foram emplacadas 4,1 mil unidades do modelo da marca chinesa, conforme informação da própria montadora. Os dados oficiais ainda serão divulgados pela Fenabra-

ve, a associação das concessionárias. O Dolphin Mini superou modelos movidos a gasolina ou etanol, que normalmente encabeçam o ranking no varejo, como os utilitários esportivos Tera, da Volkswagen, e Creta, da Hyundai, além da picape Strada, da Fiat.

Se incluídas as vendas diretas, fechadas com descontos para frotas de empresas, Strada, Polo (Volkswagen), Mobi (Fiat), Argo (Fiat) e Onix (Chevrolet) aparecem entre os cinco modelos mais vendidos no mês passado, com o Dolphin Mini na 11ª colocação, segundo ranking publicado pela

consultoria K.Lume.

No ranking das marcas, englobando todos os canais de venda e modelos, a BYD ficou em quinto lugar no mês passado, atrás apenas de Fiat, Volkswagen, Chevrolet e Hyundai. A meta da BYD é liderar o mercado até 2030.

A liderança do Dolphin Mini nas vendas fechadas no showroom está sendo comemorada pela BYD, sobretudo por acontecer num momento em que o modelo completa dois anos desde o seu lançamento oficial no Brasil, em fevereiro de 2024. Durante o período, foram vendidas

mais de 62 mil unidades do modelo, cujos preços partem de R\$ 119.990.

Projeções da K.Lume apontam para uma participação próxima a 20% das marcas chinesas no mercado de carros de passeio neste ano. Essa fatia já foi de 16,3% em fevereiro, bem acima dos 9,8% do mesmo período do ano passado.

A partir de julho, o imposto de importação de carros híbridos e elétricos vai subir de alíquotas que atualmente variam de 25% a 30%, a depender da tecnologia, para 35%, o que pode incentivar uma corrida às lojas.

BC/Focus

Estimativas do mercado para inflação oficial e PIB ficam estáveis

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As previsões do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos em 2026 - a expansão da economia e o índice de inflação - ficaram estáveis na edição de ontem do Boletim Focus. A pesquisa com instituições financeiras é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC).

A estimativa para o crescimento da economia brasileira este ano permaneceu em 1,82%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) ficou em 1,8%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Puxada pelas expansões da indústria e da agropecuária, no terceiro trimestre de 2025 a economia brasileira cresceu 0,1%, o que é considerado pelo Instituto Bra-

sileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como estabilidade. A divulgação do PIB consolidado de 2025 está agendada para hoje.

Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,42 para o fim deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,50.

INFLAÇÃO

Após sete semanas seguidas de queda, a previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - permaneceu em 3,91% para este ano. Para 2027, a projeção da inflação passou de 3,8% para 3,79%. Para 2028 e 2029,

as previsões são de 3,5%, para ambos os anos.

A estimativa para a variação de preços em 2026 se mantém dentro do intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em janeiro, a alta dos preços da conta de luz e da gasolina fez a inflação oficial do mês fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. De acordo com o IBGE, o resultado levou o IPCA a acumular alta de 4,44% em 2025.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comi-

tê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não interferiu nos juros na última reunião, pela quinta vez seguida, no fim de janeiro.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando se situou em 15,25% ao ano. Em ata, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico. Ainda assim, os juros serão mantidos em níveis restritivos.

A estimativa dos analistas de mercado para a taxa básica foi reduzida nesta edição do Boletim Focus - de 12,13% ao ano para 12% ao ano até o final de 2026. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve chegar a 9,5% ao ano.

ORIENTE MÉDIO

Guerra pode impactar custos de energia e fretes

FLÁVIA SAID/AE

A escalada das tensões no Oriente Médio acende alerta para a indústria brasileira diante dos possíveis impactos sobre energia, logística e negócios internacionais, diz a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Mesmo sem anúncio formal de bloqueio no Golfo Pér-

sico, o aumento do risco já provoca elevação de seguros marítimos, cautela operacional e redução no fluxo de embarcações.

Segundo dados do Centro Internacional de Negócios da Fiemg, entre 2021 e 2025, o Brasil exportou US\$ 73,84 bilhões para países do Golfo e do Oriente Médio, o equivalente a cerca de 4,5% das exportações nacionais

no período. A pauta é concentrada em carnes, açúcar, milho, soja e minério de ferro. Nesse mesmo período, as importações brasileiras da região somaram US\$ 42,87 bilhões, cerca de 3,3% do total importado pelo País, com forte presença de combustíveis minerais e fertilizantes.

A Fiemg sustenta que essa dependência reforça a sensibili-

dade da economia brasileira a oscilações de preços no Golfo Pérsico, especialmente em setores ligados à energia e insumos agrícolas.

Além do impacto marítimo, a escalada também afeta rotas aéreas e conexões internacionais, com companhias evitando hubs como Dubai, Doha e Abu Dhabi.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

EUA

Corte devolve caso de tarifas e abre caminho para reembolsos

PEDRO LIMA/AE

A Corte de Apelações dos Estados Unidos para o Circuito Federal determinou ontem, a emissão imediata do mandato que encerra sua análise sobre as disputas envolvendo as tarifas impostas pelo presidente Donald Trump, devolvendo o caso ao Tribunal de Comércio Internacional dos Estados Unidos (CIT, na sigla em inglês) para definir os próximos passos.

Com isso, a Corte de Apelações abriu caminho para que o tribunal de comércio avance na fase seguinte do litígio, que envolve, entre outros pontos, pedidos de reembolso feitos por importadores, aponta a Bloomberg.

Em decisão breve, o tribunal atendeu ao pedido das empresas autoras para expedir imediatamente o mandato - instrumento que transfere ofi-

cialmente o processo de volta à instância inferior - e negou a solicitação do governo para manter a suspensão do caso. Também foi dissolvida a pausa que estava em vigor desde agosto de 2025.

Com isso, a jurisdição retorna ao tribunal especializada em comércio exterior, sediado em Nova York, que poderá retomar a tramitação das ações.

A medida ocorre após a Suprema Corte dos Estados Unidos decidir que o uso, por Trump, da Lei de Poderes Econômicos Emergenciais de 1977 (IEEPA, na sigla em inglês) para impor tarifas globais foi ilegal. O governo havia pedido que a corte de apelações aguardasse a formalização do julgamento pela Suprema Corte e mantivesse o processo suspenso por até 90 dias adicionais.

Nota

CÂMARA APROVA URGÊNCIA PARA PROJETO QUE ATUALIZA MARCOS LEGAIS DO SEGURO RURAL

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, um requerimento de urgência para a tramitação de um projeto de lei que propõe aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural. A matéria é de autoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS). Entre as medidas, está a inclusão de prejuízos cobertos pelo seguro rural, como fenômenos naturais, pragas, doenças ou eventos específicos que afetem o interesse legítimo do segurado relativo às atividades agrícolas. O projeto também permite que o poder público conceda benefícios aos produtores que contratarem seguro rural, como condições favorecidas de taxas de juros e prioridade de acesso ao crédito rural.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias
Concessão de Licença 29.138.328/0001-50
Rio de Ouro Com. Importação e Exportação Ltda., inscrito no CNPJ N.º 02.606.509/0001-08, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias – SMMA a Autorização para Supressão de Vegetação de N.º 005/2026, emitida em 05 de fevereiro de 2026. Esta licença é válida até 05 de fevereiro de 2027. Autoriza a empresa para a atividade de logística, localizada na Estrada Velha do Pilar N.º 1453, Bairro: Chácaras Rio Petrópolis, 3.º Distrito do Município de Duque de Caxias/RJ, referente ao processo n.º 019/000820/2025

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

(21) 99122-4278

(11) 2655-1899

JLS Consultoria e Planejamento Ltda
CNPJ 15.258.602/0001-10- Nire: 33209213709
Redução do Capital: Considerando excessivo e inadequado em relação ao objeto social da sociedade, os sócios decidem reduzir o capital social da sociedade para R\$1.323.000,00(um milhão, trezentos e vinte e três mil reais).

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50
YIN'S BRASIL COMERCIO INTERNACIONAL LTDA. - CNPJ 02.462.686/0001-68, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA a Licença de Operação de nº 021/2026, emitida em 24 de fevereiro de 2026. Esta licença é válida até 24 de fevereiro de 2031. Autoriza a empresa para armazenagem geral, depósito de mercadorias para terceiros, localizado na Rodovia Washington Luiz, s/n, Lots 13 Quadra C, Santa Cruz da Serra, 2º Distrito do Município de Duque de Caxias - RJ.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O MM Juiz de Direito, Dra. **DÂNIELA VALLE HUGENIN** - Juíza em exercício do Cartório da 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas da Comarca da Capital. RJ. **FAZ SABER** a quantos este edital virem e dele conhecimento tiverem, que por sentença deste Juízo nos autos da ação nº 0962993-46.2023.8.19.0001 foi decretada a **CURATELA DEFINITIVA de MARIA DE LOURDES FIRMEZA JABUR**, brasileira, viúva, pensionista, portadora da identidade nº 017****6-6, expedida pelo DETRAN RJ, inscrita no CPF sob o nº 001****-91, residente e domiciliada) na Rua Grajaú, 36, apto 1202, Grajaú, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.561-146, e nomeado(a) como curador(a) **MARGARIDA MARIA FIRMEZA JABUR**, brasileira, solteira, engenheira civil, portadora(a) da identidade nº 841****10-D, expedida pelo CREA RJ, e do CPF nº 787.***-20, residente e domiciliado(a) na Rua Grajaú, 36, apto 1202, Grajaú, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.561-146. Este edital será publicado por três vezes com intervalo de 10 (dez) dias, no Órgão Oficial. Rio de Janeiro, 18/09/2025. Eu, Eliane Cássia Souza da Silva - chefe de serventia - matric. 01/14547, o subscrevo.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO JAL LTDA
CNPJ n.º 05.548.335/0001-62 - NIRE JUCERJA n.º 33.4.0004331-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
O Diretor Presidente Interino da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Jal Ltda., em virtude do falecimento do diretor presidente Marcos Antonio Pereira Guimarães, no uso das atribuições, que lhe confere o Estatuto Social, convoca os seus 24 (vinte e quatro) delegados efetivos, que representam os 2.345 (dois mil, trezentos e quarenta e cinco) associados, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que se realizará de forma presencial na Avenida Automóvel Clube, n.º 990 - Centro - São João de Meriti - RJ, no dia 18 de março de 2026, obedecendo aos seguintes horários e quorum para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo assim o que determina o Estatuto Social: 1 - Em primeira convocação às 15 horas, com a presença de dois terços do número total de delegados; 2 - Em segunda convocação às 16 horas, com a presença de metade mais um do número total de delegados; 3 - Em terceira e última convocação às 17 horas com a presença mínima de dez delegados seccionais, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:
Assembleia Geral Ordinária: 1) Prestação de contas do exercício de 2025; 2) Destinação das sobras apuradas; 3) Eleição para a Diretoria, a eleição se dará conforme regulamento aprovado para o pleito; 4) Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros estatutários; 5) Rateio das despesas; 6) Utilização do FATES; 7) Assuntos de interesse geral.
Assembleia Geral Extraordinária: 1) Reforma do estatuto social em seu artigo 13, para alteração do ca tal social mínimo para R\$ 150.000,00, de modo a atender as novas determinações de capital mínimo, regulado pela Resolução Conjunta 14, de 03.11.2025.
São João de Meriti, RJ, 03 de março de 2026.
Clea Martins dos Santos Mota
Diretor Presidente Interina

No MUNDO

Demanda por transporte aéreo cresce 3,8% em janeiro

CRISLEY SANTANA/AE

A demanda global por transporte aéreo de passageiros avançou 3,8% em janeiro ante janeiro de 2025. A capacidade total, medida em assentos-quilômetro disponíveis (ASK), subiu 3,5% em igual comparação, e a taxa de ocupação alcançou 82%, alta de 0,2 ponto porcentual, um recorde para o mês, segundo dados publicados ontem, pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata).

A demanda de janeiro foi influenciada pela mudança do Ano-Novo Lunar, celebrado em janeiro de 2025 e em fevereiro de 2026. O feriado normalmente

impulsiona o tráfego aéreo, à medida que as famílias se reúnem para celebrar. A base de comparação faz a demanda de janeiro de 2026 parecer ligeiramente mais fraca, de acordo com o diretor-geral da Iata, Willie Walsh (**foto**).

"O momento do Ano-Novo Lunar explica parcialmente a expansão ligeiramente mais lenta de 3,8% em janeiro, mas os fundamentos estão em vigor para que a demanda continue crescendo fortemente em 2026", disse Walsh, em nota.

A Iata informou ainda que a demanda internacional cresceu 5,9% na comparação com janeiro de 2025. A capacidade aumentou 5,8% e a taxa de ocupa-



WIKIPÉDIA

ção atingiu 82,5%, alta de 0,1 ponto porcentual.

A demanda doméstica avançou 0,1% ante janeiro de 2025; a capacidade recuou 0,4% e a taxa de ocupação subiu 0,4 ponto porcentual, para 81,2%.

Segundo a entidade, embora os dados apontem aumento da capacidade global de assentos até março, os eventos ocorridos no fim de semana no Oriente Médio geraram incerteza sobre a evolução do tráfego e dos custos de combustível.

"Todos esperamos por uma resolução pacífica e antecipada das hostilidades atuais. Enquanto isso, é crucial que os estados respeitem sua obrigação de manter os civis e a aviação civil livres de danos", afirmou Walsh.

CMIGUEL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
CNPJ/MF nº 35.574.223/0001-47 – NIRE 33.210.878.409
4ª Alteração do Contrato Social
Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito: **I. Casimiro Miguel Vieira da Silva Ferreira**, RG nº 273640201 (Detran/RJ), CPF/MF nº 110.457.557-45, ("Casimiro"); e **II. Vinicius da Silva Cardoso**, RG nº 272193681 (Detran/RJ), CPF/MF nº 158.253.637-69, ("Vinicius"); Únicos sócios da **CMiguel Produções Artísticas Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, Praia de Botafogo, nº 228, 16º andar, CEP 22250-040, ("Sociedade") e 3ª e última alteração de Contrato Social registrada perante a JUCERJA sob o nº 00006615206 em sessão de 30/12/2024, resolve alterar pela 4ª vez o Contrato Social da Sociedade em conformidade com o artigo 1.072, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"), da seguinte forma: **1. Objeto Social:** 1.1. Decidem os sócios, por unanimidade e sem reservas, alterar o objeto social da Sociedade para incluir as seguintes atividades relacionadas à consultoria de natureza intelectual e artística (CNAE 7490-1/99): (i) consultoria sobre negócios e conteúdos esportivos; (ii) consultoria sobre gestão de imagem e marcas; (iii) consultoria de editoriais e propagandas; (iv) consultoria de contratação e gestão do elenco e equipe; e (v) consultoria sobre direitos, qualidade, imagem e som de transmissões. 1.2. Em decorrência da deliberação acima, a Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O objeto social da Sociedade é: a) Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; b) Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente; c) Marketing direto; d) Consultoria em publicidade; e) Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; f) Holdings de instituições não-financeiras; g) Outras sociedades de participação, exceto holdings; h) Consultoria de natureza intelectual e artística, tais como: (i) consultoria sobre negócios e conteúdos esportivos, (ii) consultoria sobre gestão de imagem e marcas, (iii) consultoria de editoriais e propagandas, (iv) consultoria de contratação e gestão do elenco e equipe; e (v) consultoria sobre direitos, qualidade, imagem e som de transmissões." **2. Aumento de Capital Social:** 2.1. Tendo em vista que o capital social da Sociedade encontra-se devidamente subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, decidem os sócios, por unanimidade e sem reservas, aumentá-lo de R\$ 5.000,00, dividido em 5.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, para R\$ 62.866.217,00, divididos em 62.866.217 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. Um aumento, portanto, de R\$ 62.861.217,00, mediante a emissão de 62.861.217 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. 2.2. A totalidade das novas quotas são subscritas e integralizadas pelos sócios, neste ato, de forma proporcional às suas respectivas participações no capital social da Sociedade, mediante a capitalização (i) do saldo da conta de lucros acumulados da Sociedade, no montante de R\$ 60.600.429,19; e (ii) de parte do saldo de lucros a pagar da Sociedade, no montante de R\$ 2.260.788,74, ambos apurados em balanço patrimonial da Sociedade encerrado em 31/10/2025 e levantado em 27/11/2025, da seguinte forma: (i) O sócio **Casimiro Miguel Vieira da Silva Ferreira**, acima qualificado, subscreve e integraliza, neste ato, 59.718.156 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, correspondentes a R\$ 59.718.156,00; e (ii) O sócio **Vinicius da Silva Cardoso**, acima qualificado, subscreve e integraliza, neste ato, 3.143.061 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, correspondentes a R\$ 3.143.061,00. 2.3. Decidem os sócios consignar que o valor remanescente de R\$ 0,93 será alocado na conta de reserva de capital para futuro aumento de

capital da Sociedade, a ser realizado pelos sócios, proporcionalmente às suas participações no capital social da Sociedade. **3. Cisão Parcial e Redução de Capital Social:** 3.1. Os sócios decidem, por unanimidade e sem reservas, aprovar o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Sociedade ("Protocolo") e a consequente operação de cisão parcial da Sociedade, mediante a transferência de parcela do patrimônio cindido da Sociedade, conforme detalhada no "Anexo I" ao presente instrumento, para a **CazéTV Produções Ltda.**, CNPJ/MF nº 51.783.387/0001-30 ("Sociedade Receptora"). 3.2. Ato contínuo, os sócios, sem quaisquer ressalvas ou restrições, resolvem ratificar a nomeação da **AP SIS Consultoria e Avaliações Ltda.**, CRC-RJ nº 005112/O-9, representada por **Miguel Cortês Carneiro Monteiro**, contador, RG nº **.647.***-7, CPF/MF nº 105.918.297-11 e no CRC/SP-344323/O-6, ("Empresa Especializada"), para proceder à avaliação, a valor patrimonial contábil, da parcela do patrimônio da Sociedade a ser cindida e vertida para a Sociedade Receptora e produzir um laudo de avaliação, de acordo com os termos do Protocolo ("Laudo de Avaliação"), observadas as variações patrimoniais posteriores. 3.3. Os sócios, sem quaisquer ressalvas ou restrições, resolvem aprovar o Laudo de Avaliação que constitui o "Anexo II" a este instrumento. 3.4. Ato contínuo, os sócios, sem quaisquer ressalvas ou restrições, resolvem aprovar a proposta de cisão parcial da Sociedade e a versão da parcela do acervo cindido, no valor de R\$ 62.865.205,36, para a Sociedade Receptora, nos termos e condições definidos no Protocolo ("Cisão Parcial"). 3.5. Em decorrência da Cisão Parcial, os sócios, por unanimidade e sem reservas, aprovam a redução do capital social da Sociedade em R\$ 62.865.205,00, mediante o cancelamento de 62.865.205 quotas, nos termos do Protocolo. Sendo assim, o capital social da Sociedade passa de R\$ 62.866.217,00, divididos em 62.866.217 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma para R\$ 1.012,00, divididos em 1.012 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. 3.6. Em decorrência do aumento de capital previsto nos itens 2.1 e 2.2 acima, bem como da redução de capital social aprovada no item 3.5 acima, os sócios resolvem alterar a Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.012,00, divididos em 1.012 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor Nominal (R\$)	%
Casimiro	961	R\$ 961,00	95%
Vinicius	51	R\$ 51,00	5%
Total	1.012	R\$ 1.012,00	100%

§ único: Na sociedade a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." 3.7. Por fim, os sócios, sem quaisquer reservas ou restrições, autorizam que a administração da Sociedade adote toda e qualquer medida necessária para implementar e concluir a Cisão Parcial da Sociedade, nos exatos termos previamente aprovados. **4. Consolidação do Contrato Social:** 4.1. Em vista das deliberações acima, os sócios decidem, por unanimidade e sem reservas, consolidar o Contrato Social da Sociedade, a fim de incluir as alterações aprovadas neste instrumento. Rio de Janeiro, 15/12/2025. (ass.:) **Sócios: Casimiro Miguel Vieira da Silva Ferreira; Vinicius da Silva Cardoso.** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o Arquivamento em 05/02/2026 sob o nº 00007575242 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo: 2026/00091504-9 de 26/01/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

CAZÉTV PRODUÇÕES LTDA.
CNPJ/MF nº 51.783.387/0001-30 – NIRE 33.300.354.565
1ª Alteração do Contrato Social
Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito: **I. Livemod e Serviços Digitais S.A.**, CNPJ/MF nº 29.037.988/0001-45, JUCERJA/NIRE 33212781631, neste ato devidamente representada por seus diretores, os Srs. **Sergio de Rezende Lopes Jr.**, RG nº 08.328.379-6 IFP/RJ, CPF/MF nº 013.849.797-43 e **Edgar do Valle Chagas Diniz**, RG nº 07.574.929-1 IFP/RJ, CPF/MF nº 010.546.377-92; e **II. CMiguel Produções Artísticas Ltda.**, CNPJ/MF nº 35.574.223/0001-47, JUCERJA/NIRE 33210878409, neste ato devidamente representada por seu administrador, Sr. **Vinicius da Silva Cardoso**, RG nº 272193681 (DETRAN/RJ), CPF/MF nº 158.253.637-69; Únicas sócias da **CazéTV Produções Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua Assunção, nº 443, Botafogo, CEP 22.251-030, Rio de Janeiro-RJ, ("Sociedade"), resolve alterar pela 1ª vez o Contrato Social da Sociedade em conformidade com o art. 1.072, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"), da seguinte forma: **1. Alteração do Objeto Social:** 1.1. As sócias, por unanimidade e sem ressalvas, decidem alterar o objeto social da Sociedade para incluir as atividades de comercialização e cessão de espaços publicitários em transmissões e eventos próprios ou de terceiros (CNAE 7312-2/00 – Agência-mento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação; CNAE 9319-1/01 – Produção e promoção de eventos esportivos; e CNAE 7740-3/00 – Gestão de ativos intangíveis não-financeiros). 1.2. Em virtude da deliberação acima, o Art. 2º do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Art. 2º – A Sociedade tem por objeto social a (i) exploração, sob qualquer modalidade, quaisquer direitos relacionados à indústria de esportes; (ii) produção e a realização, diretamente ou através da contratação de terceiros, de programas com conteúdo relacionado à indústria de esportes; (iii) aquisição, produção e exploração comercial de direitos de transmissão de eventos audiovisuais; (iv) produção, coprodução, distribuição e gerenciamento de direitos relativos à obras audiovisuais em geral, já realizadas ou que vierem a ser realizadas; (v) realização, diretamente ou através da contratação de terceiros, de quaisquer espécies de entretenimento esportivo, bem como a negociação de qualquer direito a estes relacionados; (vi) participação, como acionista ou sócia, de outras sociedades, empresas ou não; (vii) importação e exportação de programas de rádio e televisão, gravados ou não, exclusivamente de conteúdo esportivo ou de natureza estritamente comercial, incluindo, sem limitação, a divulgação de produtos, serviços e/ou televidas; (viii) produção, comercialização, administração e veiculação, inclusive via internet ou qualquer outro meio de transmissão, de obras audiovisuais, textos, fotos e outros conteúdos de natureza esportiva, inclusive produzidos por terceiros; (ix) produção, comercialização e veiculação, inclusive via internet ou qualquer outro meio de transmissão, de obras audiovisuais, próprias ou de terceiros, de conteúdo de natureza estritamente comercial, incluindo, sem limitação, a divulgação de produtos, serviços e/ou televidas; (x) exploração e veiculação de publicidade e de propaganda comercial, inclusive via internet; (xi) cessão, aquisição, licenciamento e sublicenciamento de marcas, direitos autorais, softwares, produtos, serviços ou qualquer outro tipo de criação, seja de que natureza for, de titularidade da Sociedade ou de terceiros; (xii) prestação de serviços interativos de natureza esportiva na Internet ou em outras redes de transmissão de dados existentes ou que venham a ser criadas; (xiii) disponibilização de conteúdo de áudio, vídeo, imagem ou texto por meio da internet; (xiv) intermediação no comércio de produtos e serviços por meio eletrônico; (xv) produção e comercialização de publicações e produtos impressos de natureza esportiva; e (xvi) comercialização e cessão de espaços publicitários em transmissões e eventos próprios ou de terceiros.**" **2. Distribuição Desproporcional de Lucros:** 2.1. As sócias, por unanimidade e sem ressalvas, decidem ajustar as disposições do Contrato Social acerca da aprovação de contas e distribuição de resultados a fim de permitir a distribuição de lucros desproporcional à participação no capital social. 2.2. Em virtude da deliberação acima, fica alterado o Art. 31º do Contrato Social da Sociedade, as quais passarão a vigorar com a seguinte nova redação: "**Art. 31º – O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, deste Contrato Social e do Acordo de Sócios. § Único. As sócias deliberarão sobre a destinação dos resultados em**

sede de reunião de sócios, sendo permitida a distribuição de lucros em proporção diversa daquela correspondente à participação de cada sócia no capital social." **3. Absorção de Acervo Cindido:** 3.1. As sócias decidem, por unanimidade e sem reservas, aprovar o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial ("Protocolo") da **CMiguel Produções Artísticas Ltda.**, acima qualificada, ("Sociedade Cindida") e a consequente absorção do acervo cindido pela Sociedade, nos termos do Protocolo ora aprovado, que constitui o "Anexo I" deste instrumento. 3.2. Ato contínuo, as sócias, sem quaisquer ressalvas ou restrições, resolvem ratificar a nomeação da **AP SIS Consultoria e Avaliações Ltda.**, CRC-RJ nº 005112/O-9, representada por **Miguel Cortês Carneiro Monteiro**, contador, RG nº 25.647.900-7, CPF/MF nº 105.918.297-11 e no CRC/SP-344323/O-6 ("Empresa Especializada"), para proceder à avaliação, a valor patrimonial contábil, da parcela do patrimônio da Sociedade Cindida a ser cindida e vertida para a Sociedade e produzir um laudo de avaliação, de acordo com os termos do Protocolo ("Laudo de Avaliação"), observadas as variações patrimoniais posteriores. 3.3. As sócias resolvem, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar o Laudo de Avaliação, o qual constitui o "Anexo II" deste instrumento, que determina o acervo cindido no valor de R\$ 62.865.217,93, representado pelas 5.000.000 de quotas emitidas pela Sociedade que são de propriedade da Sociedade Cindida. Os sócios da Sociedade Cindida decidiram, ainda, pela manutenção de 1 quota emitida pela Sociedade Receptora no patrimônio da Sociedade Cindida, de modo que, o acervo cindido, para fins do presente ato, corresponde a 4.999.999 quotas, no montante de R\$ 62.865.205,36 ("**Acervo Cindido**"). 3.4. Ato subsequente, as sócias resolvem aprovar a incorporação do Acervo Cindido à Sociedade. A incorporação do Acervo Cindido pela Sociedade não importará em aumento ou redução do capital social da Sociedade. 3.4.1. Em decorrência da cisão parcial da Sociedade Cindida e da consequente versão e incorporação do Acervo Cindido pela Sociedade: (i) 4.999.999 quotas da Sociedade de titularidade da Sociedade Cindida serão extintas; e (ii) a Sociedade emitirá novas quotas, em número equivalente ao das quotas extintas, as quais serão atribuídas aos sócios da Sociedade Cindida, Srs. **Casimiro Miguel Vieira da Silva Ferreira**, RG nº 273640201 (Detran/RJ), CPF/MF nº 110.457.557-45 e **Vinicius da Silva Cardoso**, RG nº 272193681 (Detran/RJ), CPF/MF nº 158.253.637-69, ambos residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em substituição às quotas que possuíam na Sociedade Cindida, na mesma proporção de participação que detinham no capital social da Sociedade Cindida. 3.5. As sócias resolvem, ainda, aprovar a alteração do valor nominal das quotas de emissão da Sociedade de R\$ 0,10 cada, totalizando 10.000.000 de quotas, para R\$ 1,00 cada, totalizando 1.000.000 de quotas, mantendo-se inalterado o capital social no valor de R\$1.000.000,00. 3.6. Em decorrência das deliberações acima, as sócias resolvem alterar o Art. 5º do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$1.000.000,00, dividido em 1.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, é distribuído entre os sócios da seguinte forma:**

Sócio	Quotas	Valor Nominal Total (R\$)	%
Livemod e	500.000	R\$ 500.000,00	50,00%
Casimiro	475.000	R\$ 475.000,00	47,50%
Vinicius	24.999	R\$ 24.999,00	2,4999%
CMiguel	1	R\$ 1,00	0,0001%
Total	1.000.000	R\$ 1.000.000,00	100%

3.7. Por fim, as sócias autorizam que a administração da Sociedade adote toda e qualquer medida necessária para implementar e concluir a operação de cisão parcial da Sociedade Cindida, mediante a absorção, pela Sociedade, do Acervo Cindido, nos exatos termos aprovados. **4. Consolidação do Contrato Social:** 4.1. Tendo em vista as deliberações acima tomadas, as sócias aprovam a alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade para refletir as alterações supramencionadas. Rio de Janeiro, 15/12/2025. (ass.:) **Sócios Ingressantes: Casimiro Miguel Vieira da Silva Ferreira; Vinicius da Silva Cardoso.** Sócios: **Livemod e Serviços Digitais S.A.** Por: Sergio de Rezende Lopes Jr. Cargo: Diretor; Por: Edgar do Valle Chagas Diniz – Cargo: Diretor. **CMiguel Produções Artísticas Ltda.** Por: Vinicius da Silva Cardoso – Cargo: Administrador. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 05/02/2026 sob o nº 00007575303 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo: 2026/00090739-9 de 26/01/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

No mês de fevereiro, o Go-
eletivas já registrado na rede

elativas já registrado na rede do SUS paulista, com 1,3 milhão de procedimentos, crescimento de 85,7% em relação a 2022, quando foram realizadas cerca de 700 mil cirurgias. Nos três anos da atual gestão, já são 3,5 milhões de cirurgias realizadas. Em 2023, foram 1 milhão de procedimentos e, em 2024, 1,2 milhão. O avanço é reflexo da ampliação dos serviços, do fortalecimento dos hospitais e do modelo de financiamento que impulsionado pela Tabela SUS Paulista.

Os resultados assistenciais do programa refletem esse avanço. As intervenções de alta complexidade acumulam alta de 37,9% na comparação entre 2022 e 2025. No mesmo período, as cirurgias bucomaxilofaciais alcançaram crescimento de 116% até 2025 em relação a 2022. As cirurgias neurológicas registraram expansão de 60% até 2025, também na comparação com 2022. Já as cirurgias de mama apresentaram crescimento de 30% até 2025.

“Esse crescimento consistente mostra que a Tabela SUS Paulista se consolidou como uma política estruturante para a saúde pública no estado de São Paulo”, ressalta Eleuses Paiva.

Com o reforço nos recursos, os hospitais expandiram a capacidade assistencial, aumentaram internações e cirurgias e contribuíram para a redução de filas em diferentes regiões paulistas.

Em 2025, o Estado alcançou o maior volume de cirurgias

VIGILÂNCIA

Durante o jogo, três homens foram presos em momentos diferentes pela Polícia Militar após serem reconhecidos pelo Muralha Paulista com base nas imagens coletadas pelo sistema de biometria facial do estádio. Com isso, chega a 270 o número de foragidos da Justiça capturados em partidas monitoradas.

Desde o início da parceria com as arenas, mais de 2 milhões de torcedores foram fiscalizados em 100 jogos, com cruzamento automático de imagens com o Banco Nacional de Mandados de Prisão.

O monitoramento é feito por meio do Muralha Paulista, programa estadual que integra quase 100 mil câmeras entre leitores de placas, reconhecimento fa-

SÃO BERNARDO

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O homem acusado de matar a facadas a ex-namorada Cibelle Monteiro Alves, de 22 anos, dentro da joalheria Vivara de um shopping em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, vinha perseguindo a jovem há

cial e dispositivos de vídeo em tempo real. Ao gerar o alerta, equipes policiais fazem a abordagem e confirmam a pendência judicial antes da prisão.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, a tecnologia amplia a capacidade de resposta das forças de segurança, dificulta a mobilidade de criminosos e reforça a segurança em grandes eventos esportivos.

“O Muralha Paulista usa tecnologia para potencializar a ca-

quase um ano, segundo a Polícia Civil. Além de ameaças, ele enviou nudes da jovem para a loja onde ela trabalhava. E, quando foi ao local para assassiná-la, a intenção dele era provocar sua própria morte ao ser abordado pelos policiais.

Conforme a investigação

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

ATA DE CONVOCAÇÃO À ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 144ª EMISSÃO, EM DUAS SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Quem convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários, em 2 (duas) séries, da 144ª (centésima quadragésima quarta) emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 2324, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 015-051-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 07.418.731.0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (”Titulares dos CRI”, ”CRI”, ”Emissão”, ”Securitizadora” ou ”Emissora”, respectivamente), em consonância com o ”Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, em até 2 (duas) Séries, da 144ª (centésima quadragésima quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela RDTOR PARTICIPAÇÕES S.A.” (”Termo de Securitização”), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (”CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em anexo (”Resolução CVM 60”), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (”Assembleia Especial”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de março de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a contratação da auditoria a ser realizada pela **UHY Bondarotys & Cia Auditores Independentes** (”UHY”), com sede cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 12.399 - 7ª J.A. - Cidade Monções, CEP 04.578-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.421.780.20002-58, para atuar nos termos da proposta que seguirá em anexo da ata de assembleia, sendo consideradas as despesas serão custeadas com os recursos do Patrimônio Separado; (II) Aprovar a substituição de garantia, consistente na exclusão dos Recebíveis, nos termos do *Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Recebíveis em Garantia – Outras Avenças* (”Cessão Fiduciária de Recebíveis”), oriundos dos empreendimentos (a) Gólia, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.421.780.20002-58, para atuar nos termos da proposta que seguirá em anexo da ata de assembleia, inscrita na matrícula nº 132.245 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Balaieiro Camboirú/Cuiabá, em inclusão, em substituição, dos recebíveis oriundos do empreendimento Hely, registrado na matrícula nº 63.210 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Balaieiro Camboirú/Cuiabá (”Novos Recebíveis”), ficando, desde já, expressamente aprovada a dispensa do atendimento, pelos Novos Recebíveis, aos Critérios de Exigibilidade previstos nos itens (II), (II) e da Cláusula 4.1.2.6 do Termo de Emissão (conforme definido no Termo de Securitização), exclusivamente para fins da presente substituição de garantia, sem que tal dispensa configure um descumprimento contratual e/ou caracterize um Evento de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Evento de Vencimento Antecipado; (III) Aprovar a alteração do prazo de vigência e da Data de Vencimento das Notas Comerciais, conforme Cláusula 6.4 do Termo de Emissão, para 1992 (mil novecentos e noventa e dois) dias corridos contados da Data de Emissão das Notas Comerciais, vencendo-se, portanto, em 20 de outubro de 2030, sendo que os novos cronogramas de pagamento das Notas Comerciais seguirão em anexo da ata de assembleia e, consequentemente, aprovar a alteração do prazo de vigência e da Data de Vencimentos dos CRI da 1ª Série e dos CRI 2ª Série, conforme a Cláusula 4.1.1, item (viii), do Termo de Securitização, para 1994 (mil novecentos e noventa e quatro) dias corridos contados da Data de Emissão dos CRI da 1ª Série, vencendo, portanto, em 22 de outubro de 2030 e para 1995 (mil novecentos e noventa e cinco) dias corridos contados da Data de Emissão dos CRI da 2ª Série, vencendo, portanto, em 23 de outubro de 2030, respectivamente, sendo que os novos cronogramas de amortização dos CRI seguirão em anexo da ata de assembleia; (iv) Aprovar nas matérias constantes nas alíneas ”I” a ”III” da presente ordem do dia, aprovar o pagamento, pela Devedora, de um *waiver fee* aos Titulares dos CRI, em valor correspondente a 2,00% (dois por cento) *flat* do Saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI no data de aprovação da presente matéria, a ser operacionalizado por meio de procedimentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em até 10 (dez) dias úteis da realização da presente assembleia, mediante aporte da Devedora na Conta do Patrimônio Separado; permanecendo inalterados o regime de custódia, a vinculação dos Créditos Imobiliários ao Patrimônio Separado e as Garantias; e (v) Caso aprovados os itens anteriores, autorizar a Emissora a contratar, com recursos mantidos na Conta do Patrimônio Separado, o escritório **Papiximáximo, Kawasaki & Advogados Associados**, inscrito no CNPJ sob nº 03.834.400001-32 (”**PKM&A** Advogados Associados”), como assessor legal, para atuar em todos os assuntos e/ou aditivos aos Documentos da Operação que lhe forem apresentados, inclusive para fins de deliberação da Assembleia Especial, desde que a presente proposta que seguirá em anexo da ata de assembleia; e Instruções Gerais: As matérias acima indicadas deverão ser consideradas de caráter prioritário para a Assembleia Especial de Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia Especial, de modo que a não deliberação ou a não aprovação de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer uma das matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assemblespecial@oliveiratur.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto ”Documentos para Assembleia Especial – CRI Embraed Genl 1144”, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documento abaixo: **quando pessoa física:** cópia digitalizada de identidade com foto; **quando pessoa jurídica:** (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; **c. quando Fundos de Investimentos:** (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos dos proprietários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e **d. quando representado por procurador:** caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico assemblespecial@oliveiratur.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI, por seu representante legal, ou por firma física ou eletrônica, com o uso de senha verificada digital no portal CP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência mínima mencionada no item (i), no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o inciso ”II” do Art. 71 da Resolução CVM 60, por analogia, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma *Microsoft Teams*. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>); nas páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratur.com.br/investidor>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema de Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos têm-se significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

Cássio Henrique da Silva Zampieri, de 25 anos, foi ao local com uma réplica de arma e, após esfaquear a jovem, ameaçou os policiais com o artefato, esperando que fosse morto. Os agentes atiraram em suas pernas e ele teve a prisão decretada.

A reportagem ainda tenta contato com a defesa de Cássio. O crime ocorreu no dia 25 de fevereiro no Shopping Golden Square, na Avenida Kennedy.

Segundo o delegado Cristiano Sacrini, do Setor de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) de São Bernardo, o suspeito planejou o crime e foi ao local disposto a matar a ex-namorada e provocar sua morte pela polícia.

"Tanto que ele gravou um áudio e enviou para o irmão e o cunhado dizendo que ia se matar, mas ele não estava armado para isso. Ele estava com uma réplica que não dava para distinguir de uma arma de verdade. O que ele queria era o chamado suicídio induzido - ser morto pelos policiais", disse Sacrini ao Estadão.

A reportagem teve acesso ao áudio que circula em redes sociais. No momento em que Cássio gravou no próprio celular, ele já tinha esfaqueado a jovem.

"Rapaziada, me desculpa de todo coração, vocês sabem de tudo o que passei. Me segurei ao máximo para não fazer, mas eu matei a Cibelle, mano. Está cheio de polícia aqui, eu vou me matar, mas amo vocês."

O suspeito vinha perseguindo e ameaçando a garota havia quase um ano, segundo a investigação. Cássio chegou a mandar fotos da ex nua para colegas de trabalho dela. "Cibelle já havia registrado boletins de ocorrência contra ele em 2023 por violência física e psicológica. Com base nisso, ela conseguiu medida protetiva contra ele. No entanto, o casal voltou a se relacionar depois", diz o delegado.

Depois de um novo rompimento, em maio de 2025, ele passou a persegui-la de forma mais intensa, usando aplicativos de celular "Ela o bloqueou no WhatsApp e em suas redes, mas ele tinha acesso à conta Pix dela e passou a enviar mensagens com ameaças usando o espaço reservado para anotações no aplicativo. Mesmo com a medida protetiva, ele foi à portaria do prédio dela e fez ameaças graves, segundo as testemunhas."

grado a mais de 300 municípios. A iniciativa usa a tecnologia para criar uma barreira virtual contra a criminalidade por meio da integração de milhares de câmeras de segurança à base de dados da Secretaria de Segurança Pública.

O programa opera 94 mil câmeras interligadas, distribuídas entre leitores de placas (20 mil), equipamentos de reconhecimento facial (7 mil) e dispositivos de monitoramento em tempo real (66 mil). A rede integra câmeras e sensores de órgãos públicos e privados a bases de dados e indicadores de localização, ampliando a capacidade de análise e resposta das forças policiais, operacionais e especializadas.

As câmeras do Muralha Paulista cruzam informações com o Banco Nacional de Mandados de Prisão e utilizam reconhecimento facial para identificar automaticamente foragidos da Justiça. Também contribuem para localizar pessoas desaparecidas e veículos furtados ou roubados por meio da leitura e análise de placas.

Conforme o policial, a investigação reuniu provas de que o acusado pretendia acabar com qualquer possibilidade de a jovem ter uma vida normal. "Ele tinha imagens íntimas dela e passou a vazá-las para colegas de trabalho. Ele replicou as fotografias para chefes dela e outros contatos. O objetivo dele era fazer ela perder o emprego, sofrer humilhações. Eram mensagens muito pesadas, em que ele zombava dela", diz.

INVASÃO

O ataque aconteceu no dia 25 de fevereiro, quando a jovem estava no trabalho. O delegado diz que, no dia do crime, ele foi até o local com uma mochila, contendo a faca e a arma falsa. Ao chegar, rendeu a jovem e fechou o portão de ferro para conter a entrada da polícia - a loja tem vitrines com vidros blindados.

Segundo Sacrini, a primeira informação foi de que a joalheria estava sendo assaltada, o que fez com que várias equipes policiais, inclusive de outras cidades, como Santo André e Diadema, se dirigissem ao shopping. Quando chegaram, viram que se tratava de violência doméstica: o agressor estava trancado na joalheria e com uma refém - a vítima já estava ferida no chão e perdia sangue.

Os policiais tentaram, então, uma negociação, mas o suspeito se rebelou e ameaçou os agentes. "Ele foi de forma premeditada para ceifar a vida dela e a agrediu de forma cruel e violenta. Quando a polícia chegou, ela estava estendida no chão e sangrava muito. E ele apontava a arma, que não se sabia ser uma réplica", afirmou o delegado.

"Acreditamos que ele pretendia provocar sua morte por intervenção policial. Quando o policial atira, invade o local e o desarma, ele ainda busca a arma para ameaçar e fala ao policial: 'me mata, me mata'."

Cássio foi preso e levado para um hospital, onde permaneceu internado em UTI. A Justiça decretou sua prisão preventiva. O delegado aguarda que ele saia da unidade de terapia intensiva e receba o aval médico para prestar depoimento. Quando tiver alta, ele será encaminhado para uma unidade prisional. O suspeito não tinha outros antecedentes criminais, a não ser os registros das ameaças e agressões à ex-namorada.

CRIME SEM CASTIGO

Jovens indiciados por estupro coletivo estão foragidos

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

São considerados foragidos quatro jovens e um adolescente indiciados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro pelo estupro coletivo de uma estudante de 17 anos de idade, no dia 31 janeiro.

Na internet circulam vídeos dos cinco entrando no apartamento onde ocorreu o crime. As cenas, do circuito de segurança, foram incorporadas ao inquérito aberto pela 12ª Delegacia de Polícia, que determinou os indiciamentos.

Após o estupro, a vítima pediu ajuda aos familiares e fez a denúncia. Ela contou à polícia

que recebeu o convite de um colega de escola para ir à casa de um amigo dele. Ao chegar, o colega, o único adolescente, insinuou que eles fariam "algo diferente", o que a jovem recusou.

No apartamento, ela foi trancada em um quarto com os homens que a forçaram ter relações sexuais.

"Com a negativa [dela], eles passaram a despir-se e a praticar atos libidinosos mediante violência física e psicológica contra a vítima", detalhou a polícia, em nota à imprensa.

A corporação pediu a prisão dos quatro envolvidos e a apreensão do adolescente. Eles responderão por estupro e por

ato infracional análogo ao crime.

Dois dos jovens são alunos do Colégio Federal Pedro II, que abriu um processo administrativo contra os indiciados. A estudante violentada também estuda na escola.

Em nota publicada nas redes sociais, a instituição disse que abriu processo para expulsão dos estudantes indiciados.

"Seguimos com os procedimentos para continuidade de processo iniciado pela gestão do campus, em conjunto com a Reitoria e sob orientação da procuradoria federal para desligamento dos dois estudantes do Colégio Pedro II envolvidos", informa o colégio na declaração.

A instituição afirma que não pode "tolerar a barbárie da violência de gênero no país" e informou que acolheu a vítima e sua família, garantindo sigilo sobre o caso.

Um dos jovens indiciados pelo crime, João Gabriel Xavier Berthô, é jogador de futebol do Serrano FC. O clube anunciou, também nas redes sociais, o afastamento do jogador e a suspensão de seu contrato.

De acordo com o time, a decisão de afastar o jogador foi tomada diante da gravidade da situação. "O clube repudia veementemente qualquer forma de assédio ou violência", disse o Serrano, em sua conta em rede social.

Nota

COMUNIDADE TRANSFORMA CENÁRIO AMBIENTAL DA BAÍA DE GUANABARA

A participação comunitária de povos tradicionais vem modificando o cenário ambiental de manguezais na Baía de Guanabara. Por meio de projetos de limpeza de resíduos sólidos, conscientização de pescadores e catadores de caranguejo, recuperação da fauna e flora locais, o cenário vem sendo recuperado em vários

municípios ao redor. Em janeiro e fevereiro, ações do Projeto Andadas Ecológicas, da Organização Não governamental Guardiões do Mar, recolheram 4,5 toneladas de rejeitos em Magé. Pescadores artesanais, catadores de caranguejo, adolescentes e crianças da comunidade de Suruí e adjacências, no recôncavo da Baía de Guanabara, são os beneficiários diretos. Além da limpeza de manguezais, o Andadas Ecológicas desenvolve a formação do ecoclube.

ESPECIAL

Seguro de transporte de cargas avança em 2026 com alta na demanda e mudanças regulatórias

POR BÁRBARA SOUZA

O seguro de transporte de cargas deve registrar crescimento este ano, acompanhando a expansão das operações logísticas e o aumento das exigências regulatórias no setor. A modalidade, que cobre prejuízos decorrentes de eventos como roubo, acidentes e avarias durante o deslocamento de mercadorias, tem ampliado participação no mercado segurador brasileiro diante da maior circulação de bens no território nacional e no comércio exterior.

Dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) indicam que o segmento de seguros de transporte integra o grupo de ramos com expectativa de expansão neste ano, impulsionado pelo desempenho da atividade econômica e pela maior formalização das operações logísticas. Em 2024, segundo a entidade, o mercado segurador como um todo manteve trajetória de crescimento, movimento que também alcançou o seguro voltado ao transporte de mercadorias.

O aumento da circulação de cargas ocorre em um cenário de forte dependência do modal rodoviário. Informações da Confederação Nacional do Transporte (CNT) mostram que o transporte rodoviário

cargas continuam representando parcela relevante das perdas no setor. As ocorrências concentram-se principalmente em estados com maior volume de circulação de mercadorias, como São Paulo e Rio de Janeiro. O impacto financeiro desses episódios é absorvido, em parte, pelas indenizações pagas pelas seguradoras, conforme relatórios setoriais divulgados por entidades do mercado.

No campo regulatório, normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estabeleceram regras específicas para contratação de seguros por transportadores rodoviários de cargas, incluindo cobertura de responsabilidade civil. As exigências buscam garantir indenização em casos de danos à carga e a terceiros, vinculando a regularidade da operação ao cumprimento dessas obrigações.

Além das coberturas obrigatórias, empresas contratam apólices facultativas para ampliar a proteção, conforme o tipo de mercadoria, o trajeto e o perfil de risco da operação. Produtos específicos atendem desde cargas de alto valor agregado até mercadorias perecíveis, com cláusulas ajustadas às características de cada embarque.

O crescimento do comércio eletrônico também influencia o setor. Dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm) indicam expansão contínua das vendas online nos últimos anos, o que eleva o número de entregas e a fragmentação das remessas. Esse movimento amplia o volume de operações seguradas e modifica o perfil dos riscos, com maior quantidade de viagens e pontos de distribuição.

Relatórios de mercado apontam ainda aumento no volume de indenizações pagas no ramo de transporte, refletindo tanto a elevação do número de embarques quanto a persistência de eventos cobertos pelas apólices. O resultado financeiro das seguradoras no segmento depende do equilíbrio entre arrecadação de prêmios e despesas com sinistros.

Com base nesses indicadores, o seguro de transporte de cargas mantém presença crescente na estrutura de custos das empresas que atuam na logística e no comércio. A evolução do segmento acompanha o desempenho da atividade econômica, a dinâmica do transporte rodoviário e as regras estabelecidas para a operação do setor no país.

SOUZA AGUIAR

Programa de atenção domiciliar amplia presença em hospital

EDU KAPPS/SMS



A Secretaria Municipal de Saúde do Rio (SMS) ampliou a presença do Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso (PADI) no Hospital Municipal Souza Aguiar (HMSA), no Centro do Rio. Política pública pioneira da Prefeitura do Rio, o PADI vem sendo expandido e agora conta com equipes instaladas em dez unidades hospitalares da rede. No HMSA, a estrutura do PADI foi robustecida, sendo atualmente composta por três equipes multiprofissionais (médico, enfermeiro, fisioterapeuta e técnicos de enfermagem) e uma equipe de apoio (nutricionista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicóloga e assistente social).

O PADI oferece assistência em casa, prioritariamente, a pessoas com 60 anos ou mais, mas sem restrição de faixa etária. O serviço é destinado a pacientes estáveis, restritos ao leito ou ao domicílio, portadores de doenças que necessitem de cuidados intensificados e sequenciais, que possam ser feitos na residência.

"O Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso sempre foi um serviço fundamental para os nossos grandes hospitais de emergência e pronto atendimento. Tivemos um crescimento expressivo da população idosa no Brasil, por isso é muito importante fortalecer os serviços que dão suporte à terceira idade. Além disso, com a base do PADI instalada no Hospital Souza Aguiar, ampliar a capacidade de assistência domiciliar a pessoas com mobilidade reduzida por outras razões", diz o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz.

A expansão do PADI no Hospital Municipal Souza Aguiar é consequência da mudança de perfil dos pacientes da unidade. Nos últimos anos, a expectativa de vida da população carioca cresceu, aumentando a quantidade de pacientes que necessitam de suporte domiciliar.

Além disso, o HMSA, que tinha o histórico de atender muitos moradores de outros bairros ou mesmo de outros municípios, passou a receber mais moradores de seu próprio entorno, o que também contribuiu para a ampliação da demanda.

A estratégia auxilia na liberação dos leitos hospitalares, acompanhando o paciente

após a alta no conforto de sua residência, com o suporte de todos os profissionais e equipamentos necessários. As equipes do programa realizam busca ativa de pacientes internados que estejam dentro dos critérios para atendimento, que incluem pessoas que necessitam de cuidados intensivos; pessoas que estão restritas ao leito e em condições crônicas ou agudas que afetam a mobilidade; entre outros estados de saúde.

"A chegada da equipe do PADI representa um avanço extremamente significativo para o nosso hospital. A ampliação desse serviço fortalece a estratégia de desospitalização segura e responsável, permitindo que pacientes clinicamente estáveis possam dar continuidade ao tratamento em casa com acompanhamento adequado e humanizado, além de promover mais qualidade de vida aos pacientes e seus familiares", afirma a diretora do Hospital Municipal Souza Aguiar, Paula Travassos.

MELHORIAS

No Hospital Souza Aguiar, a infraestrutura dedicada ao PADI também recebeu melhorias. A base vai contar com ambientações para acolhimento de familiares do paciente internado na unidade e também para a realização das atividades cotidianas de cada profissional, como o registro de atendimentos em sistema, as notificações obrigatórias, o cuidado com a documentação do paciente e o planejamento das rotas de atendimento.

"A implantação da base PADI no Souza Aguiar é uma grande realização. Vai viabilizar o aumento do número de pacientes em atendimento, não só pelo volume maior do número de equipes, mas também por melhorar a estratégia de deslocamento dos profissionais aos domicílios", conta a assessora responsável pelo PADI na SMS, Girlana Marano.

Desde 2010, o Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso já atendeu cerca de 45 mil pacientes, com mais de 2,7 milhões de procedimentos realizados. Hoje com 31 equipes distribuídas pelo município, o PADI também inspirou a criação do programa o Melhor em Casa, do Ministério da Saúde.



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

rio responde por mais de 60% da movimentação de cargas no país. Essa predominância amplia a exposição a riscos como acidentes e ocorrências criminais nas estradas, fatores que impactam diretamente a demanda por cobertura securitária.

Levantamentos da NTC&Logística apontam que os registros de roubo de

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

NORMAS

TSE aprova restrições para uso de IA nas eleições de outubro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem as regras sobre utilização de inteligência artificial (IA) durante as eleições gerais de outubro deste ano. As normas valem para candidatos e partidos. Por unanimidade, o tribunal decidiu proibir postagens nas redes sociais de conteúdos modificados no período de 72 horas antes do pleito e 24 horas após a votação. A restrição vale para modificações com imagem e voz de candidatos ou pessoas públicas. O primeiro turno está marcado para 4 de outubro. As regras foram definidas com a aprovação de diversas resoluções que vão nortear o pleito, no qual serão escolhidos o presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. Os ministros também proibiram que provedores de IA permitam, ainda que solicitado pelos usuários, sugestões de candidatos para votar. O objetivo é evitar a interferência de algoritmos na livre escolha dos eleitores. Para combater a misoginia

digital, o TSE proibiu postagens nas redes sociais com montagens envolvendo candidatas e fotos e vídeos com nudez e pornografia. A Corte eleitoral também reafirmou que os provedores de internet poderão ser responsabilizados pela Justiça se não retirarem perfis falsos e postagens ilegais de seus usuários.

EXPRESSÃO

Para evitar episódios de censura ocorridos em eleições anteriores, os ministros decidiram permitir, no período de pré-campanha, manifestações espontâneas sobre conteúdo político em ambientes universitários, escolares e espaços de movimentos sociais. Também foi garantido que candidatos poderão fazer panfletagem em ruas, parques e praças, desde que garantida a mobilidade da população nos espaços. Na semana passada, o TSE aprovou mais sete resoluções sobre as eleições. Os textos tratam da divulgação de pesquisas eleitorais, transporte de eleitores, arrecadação de recursos, prestação de contas, além de alterações no cadastro de eleitores.

ENCHENTES

Quatro municípios atingidos por chuvas receberão R\$ 11,5 mi

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

Três cidades da Zona da Mata mineira (Ubá, Ouro Verde de Minas e Pequeri) e uma do Pará (Eldorado do Carajás) vão receber mais R\$ 11,5 milhões para ações de resposta aos desastres causados pelas chuvas. A informação foi divulgada ontem pelo governo federal. As portarias com a liberação dos valores foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU). Para Ubá, o valor chega a R\$ 5,8 milhões. Ouro Verde de Minas deve ser contemplada com R\$ 4,4 milhões e Pequeri, com R\$ 282,4 mil. Eldorado do Carajás receberá R\$ 962,6 mil. Até agora, segundo o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, o valor total repassado para as cidades mais atingidas (Juiz de Fora, Ubá e Matias Barbosa) chegou a R\$ 16,1 milhões.

CRITÉRIOS

Segundo o governo, os recursos são autorizados de acordo com critérios técnicos que levam em conta a dimensão dos desastres, a quantidade de desabrigados e desalojados e também as necessidades apresentadas nos planos de trabalho enviados pelas prefeituras. Esses planos envolvem tanto a reconstrução de áreas como de assistência humanitária.

AMBULÂNCIAS

Outra ação de apoio para as áreas atingidas está no campo da saúde. O governo entregou 50 ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgên-

cia (Samu 192) destinadas a 33 municípios, entre os quais aqueles mais impactados pelas enchentes. Juiz de Fora, por exemplo, recebeu nove ambulâncias; Ubá, três; e Matias Barbosa, uma. “Essa é uma ação concreta para fortalecer o SAMU e garantir que a população tenha atendimento rápido e digno neste momento difícil”, disse o ministro Alexandre Padilha. Ele considera que a crise climática se apresenta como um desafio para as políticas públicas de saúde. As novas ambulâncias são equipadas com ventiladores mecânicos, desfibriladores, oxímetros e bombas de infusão, permitindo atendimento mais qualificado e seguro.

MEDICAMENTOS

Entre as iniciativas já em execução, o Ministério da Saúde destinou R\$ 16,4 milhões para reforçar a assistência à saúde na região. Nove kits emergenciais com medicamentos e insumos estratégicos já estão disponíveis para atendimento nas cidades. Cada conjunto reúne 16 itens estratégicos e 32 medicamentos, entre antibióticos, analgésicos, anti-hipertensivos e soluções injetáveis, além de ataduras, gaze, dispositivos de infusão, seringas, luvas e máscaras. O kit tem capacidade para atender até 1,5 mil pessoas por mês, o que representa assistência para 13,5 mil pessoas no período. Outra medida emergencial foi a distribuição de 318 mil fraldas, entre pediátricas e geriátricas, destinadas a famílias que perderam seus pertences.

CÂMARA LEGISLATIVA

Técnicos recomendam rejeitar projeto sobre BRB

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Consultoria Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) recomendou a rejeição do projeto de lei que autoriza a capitalização do Banco de Brasília (BRB) pelo governo do Distrito Federal (GDF), incluindo a possibilidade de venda ou transferência de imóveis públicos ao banco. Em nota técnica de 112 páginas, os especialistas apontam ausência de informações essenciais para a admissibilidade da proposta e destacam riscos fiscais, jurídicos e patrimoniais. “À luz dos documentos apresentados e das lacunas de transparência identificadas, as salvaguardas mínimas que a CLDF deve adotar consistem na rejeição do PL em sua redação atual”, afirma trecho do documento. Entre as falhas listadas, estão a inexistência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, a ausência de comprovação de compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além da falta de avaliação econômica prévia dos bens públicos que poderiam ser transferidos ao banco. A consultoria também cita o Artigo 51 da Lei Orgânica do DF, que exige autorização legislativa acompanhada de comprovação de interesse público e avaliação prévia dos ativos. Segundo os técnicos, a inexistência de laudos anexados torna a autoriza-

ção “vulnerável a ações populares e de improbidade administrativa”. No mérito, o estudo alerta que a transferência de imóveis pertencentes a empresas públicas como a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e a Companhia Energética de Brasília (CEB) envolve “riscos fiscais, patrimoniais e jurídicos significativos”.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Os técnicos ainda mencionam o risco de “choque de oferta” no mercado imobiliário, caso vários terrenos sejam colocados à venda simultaneamente, o que poderia desvalorizar o patrimônio público. Também alertam para limites regulatórios do sistema bancário, como o Índice de Imobilização, que restringe a concentração de ativos imobilizados no patrimônio líquido do banco. Outro ponto sensível é a possibilidade de capitalização por meio de empréstimos. A nota técnica cita o Artigo 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda operações de crédito entre instituição financeira estatal e o ente controlador. Ainda que o governo sustente tratar-se de troca de ativos, os técnicos mencionam entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) segundo o qual aportes destinados a cobrir prejuízos sem expectativa real de retorno podem

configurar “socorro ilegal”.

LIMITE ULTRAPASSADO

Enviado à Câmara Legislativa no último dia 21, o projeto prevê a contratação de operação de crédito de até R\$ 6,6 bilhões. Esse valor, segundo a consultoria, pode ultrapassar o limite anual fixado pelo Senado Federal para o Distrito Federal. O estudo também aponta risco de “contágio fiscal”. A nota também cita um possível impacto do empréstimo na nota de capacidade de pagamento (Capag) do DF, atualmente classificada como nível C pelo Tesouro Nacional. Com essa nota, o governo do DF não pode contrair empréstimos com garantia da União, em que o Tesouro cobre eventuais inadimplências da unidade da Federação.

ADVERTÊNCIA

Em meio à análise legislativa, o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa Souza, reuniu-se na manhã desta segunda-feira (23) com deputados distritais. No encontro, ele afirmou que, sem a aprovação do projeto, “o banco para de funcionar”. Embora a reunião tenha ocorrido a portas fechadas, Souza entregou aos deputados distritais um documento com a cópia do discurso. Segundo ele, apesar do impacto reputacional e da identificação de irregularidades relacionadas às carteiras adquiridas, não houve paralisação das atividades nem omissão da atual gestão. O dirigente afirmou que, dos R\$ 12 bilhões em

ativos adquiridos com suspeita de fraude, R\$ 10 bilhões já foram liquidados ou substituídos.

CONSEQUÊNCIAS

Souza defendeu que o projeto “não é um cheque em branco”, mas instrumento para assegurar a sobrevivência da instituição. Ele listou possíveis consequências da não aprovação da proposta, como interrupção de transferências de renda de programas sociais, paralisação do sistema de bilhetagem do transporte público, suspensão de linhas de crédito imobiliário, rural e para micro e pequenas empresas, além de impacto sobre 6,8 mil empregados. “O que está em debate aqui não é o passado. É a estabilidade futura do DF”, declarou o presidente, segundo a cópia do discurso, ao advertir que a eventual desconitualidade do banco pode gerar risco sistêmico e comprometer décadas de atuação da instituição no desenvolvimento econômico do Distrito Federal. A versão mais recente do projeto foi protocolada pelo GDF após prejuízos decorrentes da compra de carteiras de crédito do Banco Master. A proposta autoriza o DF, como acionista controlador, a contratar operações de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou outras instituições financeiras. O projeto também prevê o aumento de capital do banco por meio da transferência de bens móveis ou imóveis e a eventual venda de ativos públicos, para levantar recursos para a instituição.

DOENTINHO

Moraes nega prisão domiciliar ao ex-presidente Jair Bolsonaro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem pedido de prisão domiciliar ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Na decisão, o Moraes disse que as instalações da Papudinha, em Brasília, onde o ex-presidente está preso, oferecem atendimento médico adequado. Além disso, o ministro afirmou que a tentativa de violação da tornozeleira eletrônica, ocorrida no ano passado, também é um óbice ao deferimento do pedido.

DEFESA

A defesa alegou que as instalações da prisão não estão aptas para dar tratamento médico adequado a Bolsonaro, que passou recentemente por uma cirurgia de hérnia inguinal e tem diversas comorbidades em decorrência da facada desferida contra ele na campanha eleitoral de 2018.

CONSELHO FEDERAL

CFM cria resolução sobre uso de IA em atendimentos médicos

ANDRESSA LIMA/AE

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou na sexta-feira passada, no Diário Oficial da União (DOU), uma resolução que normatiza o uso da inteligência artificial na medicina. De acordo com o texto, sistemas baseados em IA podem ajudar em diagnósticos, gestão e pesquisa, mas não substituem a decisão do médico. A resolução nº 2454/2026 en-

tra em vigor em 180 dias a partir da publicação e cria obrigações para profissionais e instituições de saúde. Dentre elas estão: classificação de risco das ferramentas, auditorias contínuas, proteção de dados e a criação de uma Comissão de IA e Telemedicina em hospitais com sistemas próprios. Segundo o vice-presidente do CFM e relator da resolução, Jeancarlo Cavalcante, a medida busca acompanhar o avanço

tecnológico sem abrir mão da segurança do paciente. “A inteligência artificial hoje permeia todos os campos de conhecimento humano; só que, na medicina, ela precisava ser regulada para mitigar os riscos, tanto da utilização pelos médicos, como pelos pacientes”, diz. De acordo com a resolução, instituições públicas e privadas deverão realizar uma avaliação preliminar para definir a categoria de risco das IAs. A partir dis-

so, precisarão implementar mecanismos de monitoramento e auditoria proporcionais aos seus impactos. Para Antonildes Nascimento Assunção Junior, coordenador do curso de pós-graduação Inteligência Artificial e Ciência de Dados em Saúde da Faculdade Sírio-Libanês, o modelo de categorização por níveis de risco aproxima o Brasil de referenciais internacionais, espelhando padrões europeus e norte-americanos.



TSE

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Bolsonarismo no STF

Mendonça blinda Campos Neto de CPI do Crime Organizado

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O ministro André Mendonça (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), desobrigou o ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto a comparecer à CPI do Crime Organizado no Senado. A oitiva estava prevista para hoje.

Ao analisar o pedido da defesa, o ministro afastou a obrigatoriedade do comparecimento, convertendo a convocação em convite. Caso Campos Neto decida ir, ficam assegurados direitos como o de permanecer em silêncio e de não produzir prova contra si.

A base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia conseguido aprovar a convocação de Campos Neto, que comandou o BC durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Até então, a ida dele era obrigatória, mas a decisão de Mendonça retirou essa imposição.

Para o ministro, há indícios de desvio de finalidade da comissão ao convocar Campos Neto para prestar depoimento sobre fatos ligados às fraudes do Banco Master e à Operação Compliance Zero

"Trata-se, a toda evidência, de cenário no qual verificada a interdita extrapolção do escopo originalmente esquadri nhado para nortear, e, portanto, limitar, o âmbito de atuação da referida Comissão Parlamentar de Inquérito, caracterizando-se, de maneira inequívoca, a configuração do 'desvio e esvaziamento de finalidade'", escreveu.

A convocação de Campos Neto foi votada no mesmo dia em que a comissão aprovou a quebra de sigilo fiscal da empresa do ministro Dias Toffoli, Ma-



CARLOS MOURA/STF

ridt Participações, medida posteriormente anulada por seu colega Gilmar Mendes.

Como mostrou o Estadão, Campos Neto tinha conhecimento dos graves problemas de liquidez enfrentados pelo Banco Master durante sua gestão à frente da autoridade monetária, mas evitou adotar medidas mais extremas contra a instituição.

O crescimento da instituição financeira de Daniel Vorcaro ocorreu entre 2019 e 2024, durante a gestão de Campos Neto. Em 7 de novembro de 2024, como revelou o Estadão, o Banco Master enviou comunicação ao Banco Central comprometendo-se a adotar medidas para melhorar recompor a saúde financeira da instituição até maio de 2025, em resposta a um ultimato da autoridade monetária um ano antes de o banco ser liquidado pelo atual presidente

do BC, Gabriel Galípolo, em novembro de 2025.

Na decisão desta segunda-feira, 2, Mendonça afirmou que não há, até o momento, indícios de envolvimento direto de Campos Neto com as fraudes cometidas pelo Banco Master. "Pelas informações de que se dispõe até o presente momento, não há qualquer indício de envolvimento do indivíduo convocado com os fatos investigados no âmbito da denominada Operação Compliance Zero", escreveu.

A CPI do Crime Organizado foi instalada para investigar a atuação e o funcionamento de organizações criminosas, especialmente facções e milícias. Para o ministro, porém, a justificativa apresentada para convocar o ex-presidente do BC baseada em supostas falhas de regulação do sistema financeiro durante sua gestão não demonstra vín-

culo direto com o fato determinado que fundamentou a criação da comissão.

"O poder de investigação parlamentar não possui o condão de inverter, subverter ou deturpar o fato determinado, seu objeto formal", argumentou.

Mendonça ressaltou que as CPIs possuem poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, mas devem respeitar os limites constitucionais e o escopo previamente definido no requerimento de instalação.

"O controle jurisdicional exercido por esta Suprema Corte, mesmo diante dos poderes investigatórios conferidos às Comissões Parlamentares de Inquérito, não vulnera o princípio da separação de poderes, mas, ao revés, consubstancia exigência inerente à ordem político-jurídica essencial ao regime democrático", argumentou.

Retroativos

Gonet limita pagamento de penduricalhos no MP após decisão do STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou aos demais ramos do Ministério Público uma recomendação para que o pagamento de penduricalhos retroativos respeite o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

Penduricalhos são benefícios, que, somados ao salário, ultrapassam o teto constitucional.

A informação está em uma manifestação enviada ontem pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão presidido por Gonet, ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na última sexta-feira, Mendes reafirmou sua decisão que proibiu o pagamento de penduricalhos a membros Ministério Público e dos Tribunais de Justiça e vetou a realização de reprogramações financeiras para acelerar os repasses retroativos.

Além disso, o ministro tam-

bém determinou que o CNMP preste esclarecimentos sobre o cumprimento da decisão.

Nos esclarecimentos, a corregedoria do conselho informou que a recomendação é para que não sejam feitos pagamentos extrateto.

"A recomendação estabelece que o somatório dos pagamentos retroativos não poderá ultrapassar o limite mensal de R\$ 46.366,19, devendo o pagamento ser interrompido após o prazo de 45 dias fixado na ADI n. 6.606/MG, ficando vedada a antecipação de verbas programadas para meses subsequentes, bem como a realização de qualquer reprogramação financeira destinada a concentrar, acelerar ou ampliar desembolsos", afirmou o conselho.

Na semana passada, o Supremo adiou para 25 de março a votação definitiva das decisões de Gilmar Mendes e de Flávio Dino que suspenderam o pagamento de penduricalhos nos Três Poderes.

Eleições

Haddad diz que avalia candidatura a governo de São Paulo

EDUARDO LAGUNA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que avalia o pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que ele se candidate ao governo de São Paulo

Antes de proferir aula magna a alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, Haddad disse a jornalistas que Lula antecipou em jantar na semana passada que pediria uma reunião para discutir a "situação de São Paulo", na qual também deve participar o vice-presidente Geraldo Alckmin.

"Até hoje tem tido muita conversa, boa conversa, mas nós vamos tomar uma decisão um pouquinho mais para frente, assim que houver essa reunião", declarou Haddad.

Segundo o ministro, Lula tem desenhado os cenários em que a sua participação na eleição paulista seria necessária. "Sendo um amigo de tantos anos, não posso prescindir da opinião dele e desconsiderar a opinião dele sobre isso. Então, analisando, ele também, nós vamos chegar a um denominador comum", afirmou Haddad, lembrando que não tinha a in-

tenção de participar do pleito deste ano.

Questionado sobre se está disposto a aceitar a missão, Haddad reiterou que está analisando os cenários, e respondeu que tem preocupações com o País e com os riscos à reeleição de Lula. Sobre o crescimento das intenções de voto do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que deve disputar com Lula a corrida ao Palácio do Planalto, Haddad comentou que ainda é prematuro analisar pesquisas no momento.

"Acho que as pesquisas vão se tornar mais palpáveis na hora em que o brasileiro e a brasileira estiverem focados no futuro do País, o que vai acontecer a partir de abril ou maio, quando as candidaturas começam a se firmar definitivamente, inclusive nos Estados, no campo das alianças e tudo mais", assinalou Haddad.

O ministro avaliou que Lula fez um governo que supera o anterior em todos os aspectos, citando crescimento econômico, emprego e programas sociais. "Eu acredito que o presidente vai fazer uma grande campanha e vai lograr êxito, e com certeza vai para o quarto mandato. É a minha opinião", disse Haddad.

STF

MPRJ que ganhou R\$ 186 mil diz que pagamentos obedecem 'direitos'

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

Após o ministro Gilmar Mendes cobrar informações urgentes sobre o pagamento de penduricalhos da ordem de R\$ 270 mil para cada procurador, o Ministério Público estadual do Rio enviou petição ontem, ao gabinete do decano do Supremo Tribunal Federal, por meio da qual afirma que 'os pagamentos realizados até a presente data correspondem, exclusivamente, a direitos prévia e formalmente instituídos, com amparo em leis e decisões judiciais transitadas em julgado'.

Segundo ele, esses repasses

foram 'reconhecidos pela Chefia Institucional (do MP) anteriormente ao início da discussão da temática (dos supersalários) no âmbito desta Corte'.

O ofício a Gilmar é subscrito pelo procurador-geral de Justiça fluminense, Antônio José Campos Moreira. Ele não citou valores pagos.

O Estadão apurou, em consulta ao Portal da Transparência do MP do Rio, que Moreira recebeu salário de R\$ 186 mil líquido em dezembro, mais de cinco vezes o teto do funcionalismo (R\$ 46,3 mil bruto ou cerca de R\$ 35 mil líquido, montante pago aos ministros do STF).

Câmara

Relator da PEC da Segurança mantém redução da maioria

GUILHERME CAETANO/AE

O relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública na Câmara, o deputado federal Mendonça Filho (União-PE), manteve a redução da maioria penal de 18 para 16 anos após apelo do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela retirada do trecho.

O parlamentar também planeja incluir no texto a restrição de progressão de regime para os condenados por crimes contra crianças, adolescentes e mulheres. Na versão atual da proposta, os obstáculos se restringem a lideranças de facções criminosas.

Mendonça Filho se encontrou com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, na sexta-feira passada, de quem ouviu um pedido para não entrar na questão da redução da maioria. Mesmo assim, o conteúdo segue na proposta.

"Até o momento da votação, o texto pode ser alterado. Mas, por enquanto, segue isso mesmo. Se depender de mim, (a redução da maioria) ficará. Sou apenas uma peça num

xadrez político mais amplo", diz ele.

O deputado alega que o Brasil "destoa" dos parâmetros internacionais, já que alguns países desenvolvidos reduziram a maioria penal para alguns casos, em especial de crimes hediondos. Trata-se da idade mínima legal a partir da qual uma pessoa é considerada responsável por seus atos criminosos, passando a responder criminalmente como adulto.

Para Mendonça Filho, o cenário internacional ajuda a embalar sua proposição. O Senado da Argentina aprovou na semana passada, por exemplo, um projeto de lei que reduz a idade de responsabilidade penal de 16 para 14 anos - iniciativa defendida pelo presidente Javier Milei e celebrada pelo governo como "ato de justiça para a sociedade".

O Brasil mantém a mesma maioria penal recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 18 anos. Em artigo publicado em 2015 no País, quando as discussões sobre o tema voltaram a ganhar força, a ONU afirmou que a pro-

posta "opera em sentido contrário à normativa internacional e às medidas necessárias para o fortalecimento das trajetórias de adolescentes e jovens, representando retrocesso aos direitos humanos, à justiça social e ao desenvolvimento socioeconômico do país".

Mendonça Filho viaja a Brasília nesta segunda-feira, 2, para fazer as últimas reuniões antes da apreciação do projeto na comissão especial. Na terça-feira, 3, pela manhã ele terá encontros com as bancadas de PSOL, PCdoB e PT, e, à tarde, com o PDT. A previsão é de votar a PEC em plenário na quarta-feira, 4

O relator deve fazer algumas mudanças no projeto até lá. Uma delas é ampliar as dificuldades para a progressão de regime em certos casos. "A redução da progressão de regime, que era restrita a líderes de facções, agora estendo a crimes contra crianças, jovens e mulheres. Está decidido que fará parte da PEC", afirma.

Em dezembro, Mendonça Filho apresentou seu relatório com mudanças drásticas em relação ao texto original e uma es-

acusado de vazar mensagens trocadas com outros auxiliares do ministro. A defesa argumentou que a citação por edital foi irregular e pediu que o réu fosse intimado apenas por meio de um pedido formal à Justiça italiana, já que está na Itália, com a suspensão da contagem do prazo de prescrição até que isso ocorresse. Também solicitou a anulação de todos os atos do processo realizados depois dessa citação e que não fosse considerado aberto prazo para apresentação de defesa prévia. Ao analisar o pedido, Moraes afirmou que a citação por edital seguiu as regras previstas na lei, já que o acusado está fora do País e não foi localizado em endereço conhecido. Tagliaferro deixou o Brasil no ano passado e passou a viver na Itália.

Nota

MORAES MANTÉM ANDAMENTO DE AÇÃO CONTRA EX-ASSESSOR TAGLIAFERRO E MARCA AUDIÊNCIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido da defesa de seu ex-assessor, o perito computacional Eduardo Tagliaferro, para anular a citação por edital e manteve o andamento do processo. Na decisão de ontem, o relator considerou válida a citação e marcou audiência de instrução para o dia 17 de março. Em novembro do ano passado, a Primeira Turma do STF decidiu, por unanimidade, tornar Eduardo Tagliaferro réu por violação de sigilo funcional, coação no curso do processo e obstrução de investigação. Ele é

Irã não ficará em silêncio após ataques a hospitais e escolas, diz Masoud

PEDRO LIMA/AE

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian (**foto**), condenou ontem, ataques contra hospitais e escolas no país, afirmando que Teerã "não permanecerá em silêncio" diante do que classificou como crimes. Em publicação no X, ele escreveu que "ataques a hospitais atingem a própria vida" e que "ataques a escolas miram o futuro de uma nação".

Segundo Pezeshkian, mirar pacientes e crianças "viola flagrantemente" princípios humanitários. "O mundo deve condenar isso", escreveu. O presidente acrescentou: "Estou ao lado da minha nação enlutada. O Irã não permanecerá em silêncio nem cederá a esses crimes."

As declarações ocorrem após a evacuação do hospital Ghandi, em Teerã, depois que bombardeios de uma operação conjunta entre EUA e Israel atingiram um transmissor de sinais da televisão estatal iraniana e partes de um prédio da emissora, nas proximidades da unidade de saúde. A agência semioficial Tasnim divulgou vídeos mos-



WIKIPÉDIA

trando vidros estilhaçados no hospital, destroços espalhados pela rua e edifícios danificados. O Ministério da Saúde informou que equipes de emergência retiraram pacientes do local.

Um grupo de ativistas de direitos humanos citou ainda o Ministério da Educação ao afirmar que 171 estudantes morreram nas últimas 48 horas. O ataque mais letal teria atingido a escola primária feminina Shajareh Tayebeh, em Minab, onde 168 alunas morreram e 95 ficaram feridas.

Mulher do líder Ali Khamenei está morta, dizem autoridades

Mansoureh Khojasteh, mulher do aiatolá Ali Khamenei, morto no sábado passado, também está morta. Ela foi atingida no mesmo ataque dos Estados Unidos e Israel que vitimou o líder iraniano e não resistiu aos ferimentos, segundo informações da *Reuters*. De acordo com a agência, autoridades iranianas confirmaram a morte da Mansoureh.

A ofensiva norte-americana e israelense teve início na madrugada do último sábado. O ataque, segundo o presidente Donald Trump acontece para conter o programa nuclear iraniano. Em resposta, o Irã dis-

parou mísseis contra várias bases dos EUA em diferentes países do Oriente Médio, incluindo Israel. O país liderado por Benjamin Netanyahu afirma ter interceptado os projeteis iranianos.

Ontem, o chefe de Segurança do Irã, Ali Larijani, escreveu na rede social X que "não haverá negociação com os Estados Unidos", desmentindo Trump, que afirmou que a nova liderança iraniana estaria disposta a conversar.

Larijani disse também que o presidente norte-americano "puxou toda a região para uma guerra desnecessária."

Premier britânico diz que morte de Khamenei tornará Irã 'implacável'

LAÍS ADRIANA/AE

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, afirmou que a morte do Líder Supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, não impedirá ataques iranianos em retaliação à ofensiva dos EUA e de Israel. "Na verdade, isso os deixará mais implacáveis e levará a ataques amplos no Oriente Médio, sem preocupação com mortes de civis", alertou, em testemunho no parlamento britânico ontem.

"Nós tomamos deliberadamente de não participar da ofensiva dos EUA e de Israel", disse, acrescentando que o governo preferiu focar em ações defensivas para proteger civis britânicos e países aliados na região. "A agressão do Irã contra interesses do Reino Unido é de longa data, por isso garantimos a proteção de nossas bases."

Starmer alegou que recursos foram utilizados para defender ataques contra bases de Bahrein e de Chipre, incluindo caças F-35.

O premiê argumentou que a "melhor defesa" contra o Irã será destruir mísseis e drones em suas bases, antes que possam ser lançados. "Não é pos-

sível abater todos os mísseis iranianos. Por isso, tomamos a decisão ontem (domingo) de dar permissão aos Estados Unidos para utilizarem bases britânicas com o objetivo comum exclusivo de ações defensivas", disse. "Nossa decisão está em linha com a lei internacional e será mantida sob revisão, se necessário."

Ao ser criticado pelo Partido Conservador, de oposição, Starmer disse que "discorda plenamente" que o governo deveria ter participado da ofensiva americana-israelense contra o Irã ou disponibiliza-do imediatamente recursos britânicos independente da lei internacional. "Toda ação tomada pelo Reino Unido precisa ter base legal e ser bem planejada", afirmou, observando que isso se estende para a postura que será tomada pelo governo na tentativa de mitigar o conflito no Oriente Médio agora.

"Tivemos discussões extensas com os EUA sobre as ações no Oriente Médio. Sabemos bem onde está a base legal para a defesa e proteção dos nossos cidadãos", reiterou, ao responder pergunta sobre o uso de áreas militares britânicas.

GUERRA NO IRÃ

Trump diz que 'grande onda' de ataques ainda está por vir

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (**foto**), afirmou ontem que a "grande onda" de ataques ainda está por vir na guerra contra o Irã.

Em uma conversa telefônica de nove minutos com o apresentador Jake Tapper, da CNN, Trump disse que os EUA estão "dando uma surra" no Irã. "Ainda nem começamos a atingi-los com força. A grande onda ainda nem chegou. A grande onda está chegando em breve", afirmou.

"Acho que está indo muito bem. Temos as melhores forças armadas do mundo e estamos usando-as", acrescentou.

Questionado sobre a duração do conflito, o republicano disse que não gostaria que a guerra se prolongasse. "Sempre achei que seriam quatro semanas. E estamos um pouco adiantados em relação ao cronograma", afirmou.

Trump disse ainda que os EUA promoverão ações para ajudar o povo iraniano a retomar o controle do país, mas que, por ora, todos devem permanecer em casa. "Não é seguro lá fora."

Segundo o presidente, "a

maior surpresa" desde o início do conflito, no sábado passada, foram os ataques do Irã contra países árabes da região: Bahrein, Jordânia, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos.

"Ficamos surpresos", disse Trump. "Dissemos a eles: 'Nós resolvemos isso', e agora eles querem brigar. E estão brigando agressivamente. Eles iam se envolver muito pouco, e agora insistem em se envolver."

O presidente afirmou não saber quem será a próxima liderança iraniana, mas que os iranianos "talvez tenham sorte e consigam alguém que saiba o que está fazendo". Segundo Trump, 49 líderes iranianos foram mortos durante os ataques.

Ele também disse que tentou negociar com o regime iraniano, mas que não conseguiu chegar a um acordo sobre o enriquecimento de urânio. "Eles tinham todo aquele material enriquecido. Consideraram refazer o processo lá, mas estava em tão mau estado que a montanha basicamente desabou", afirmou.

Mais cedo, em entrevista por telefone ao jornal New York



BETO BARATA/PR

Post, Trump disse que não descartava a presença de forças americanas no Irã caso "fossem necessárias".

"Não tenho receio nenhum em relação ao envio de tropas terrestres. Tipo, todo presidente diz: 'Não haverá tropas terrestres'. Eu não digo isso", afirmou Trump ao jornal. "Eu digo: 'Provavelmente não precisamos delas', (ou) 'se fossem necessárias'."

CRÍTICAS

Horas antes da divulgação da

Embaixador do Irã: EUA evitam acordo e Trump se acha o 'rei do mundo'

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O embaixador do Irã no Brasil, Abdollah Nekounam, defendeu que os Estados Unidos (EUA) não buscam, de verdade, um acordo nuclear com o país persa. Segundo ele, isso poderia ser alcançado por meio de negociações.

"Hoje, era previsto acontecer a reunião de especialistas de questões nucleares em Viena (capital da Áustria) por meio da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). Mas, novamente, a mesa de negociação foi atacada pelo regime sionista (Israel) e pelos EUA", disse.

Em meio à guerra contra Estados Unidos e Israel, o embaixador do Irã no Brasil, Abdollah Nekounam, convidou a imprensa para uma coletiva na Embaixada do país, em Brasília, ontem.

Para o diplomata, Israel e EUA usaram as negociações da questão nuclear como "farsa" para poderem promover a "mudança de regime" no Irã. A agressão seria fruto de uma "visão" dos EUA que imaginam que são "os donos do mundo", defendeu o representante do Irã.

"O presidente atual dos EUA pensa que é o rei do mundo. Pode ser que, alguns países, devido a seus interesses, possam aceitar essas alegações e imaginam. Mas a República Islâmica

do Irã, há 47 anos, busca sua independência", completou.

Nekounam destacou ainda que o país rapidamente substituiu o comando do Líder Supremo Ali Khamenei, que foi assinado no último sábado (28), por um Conselho interino que manteve a defesa do país de forma "contínua, firme e poderosa", sem descontinuidades na estrutura de Poder do Estado iraniano.

Para analistas consultados pela Agência Brasil, a troca de regime em Teerã tem o objetivo de deter a expansão econômica da China, vista como ameaça pelos Estados Unidos, além de consolidar a hegemonia política e militar de Israel no Oriente Médio.

Por outro lado, Tel Aviv e Washington alegam que o ataque contra o Irã é "preventivo" já que o país estaria a desenvolver um programa de artefatos nucleares, o que seria uma ameaça para Israel. Teerã sempre sustentou que seu programa nuclear é para fins pacíficos.

CASO EPSTEIN

O embaixador do Irã no Brasil Abdollah Nekounam questionou a legitimidade dos Estados Unidos para "administrarem o planeta" citando o caso dos arquivos de Jeffrey Epstein, financista estadunidense condenado por abuso sexual de menores de

idade e tráfico de pessoas.

"O nosso mundo tem valor muito superior para ser administrado pelos 'reis' que, nos arquivos do Epstein, estão cada vez mais envolvidos. As pessoas que ultrapassaram as fronteiras de humanidade não merecem e não valem administrar a soberania do mundo", completou.

As relações de Epstein com a elite política norte-americana - o empresário foi amigo do presidente Trump - tem provocado abalos políticos no país e entre vários dos aliados de Washington.

ADMINISTRAÇÃO DO IRÃ

O embaixador iraniano no Brasil destacou ainda que o país conseguiu substituir o líder Supremo Khamenei sem prejudicar a defesa do país, afastando hipóteses de que o país poderia ficar sem comando com a morte de Khamenei.

"Irã é país soberano por completo e a gestão e administração do país está em vigor e em forma plena", disse Nekounam.

Um Conselho de Liderança Interino foi nomeado para assumir os poderes de Khamenei enquanto a Assembleia dos Especialistas não elege o novo líder Supremo.

"Vocês viram que, com o assassinato do Líder Supremo, que comanda toda questão de defesa do país, as coisas se organizaram

entrevista à CNN, Trump disse ao jornal britânico Daily Telegraph estar "muito desapontado" com a demora do primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, em permitir que os EUA utilizassem bases militares britânicas em operações contra o Irã.

Starmer cedeu posteriormente e autorizou o uso das bases britânicas para "fins defensivos específicos e limitados" e confirmou que os EUA poderiam utilizá-las para atacar instalações de mísseis iranianos, conforme solicitado por Washington. Entre as bases envolvidas está o estratégico complexo militar de Diego Garcia.

Durante a entrevista, Trump classificou a resistência de Starmer em relação à base nas Ilhas Chagos como algo "inédito entre nossos países". "Levou muito tempo. Tempo demais", disse.

Em coletiva na tarde desta segunda-feira, o primeiro-ministro britânico afirmou que o Reino Unido não irá se juntar aos ataques neste momento, mas que continuará "nossas ações defensivas na região."

de forma célere e rápida. A defesa [do país] está contínua, firme e poderosa", completou.

POSIÇÃO DO BRASIL

Questionado sobre a posição do Brasil em relação ao conflito, o embaixador Abdollah Nekounam agradeceu a manifestação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) que condenou o uso da força por Israel e EUA.

"Acreditamos e vemos essa ação da parte do governo do Brasil como uma ação valorosa e dá atenção aos valores do ser humano, de soberania, de integridade territorial e de independência dos governos", comentou.

O diplomata defendeu o direito de Teerã de atacar bases militares dos inimigos.

"É nosso direito, porque nós fomos atacados, porque nós estamos nos defendendo com direito legítimo. Sobre nossas relações de amizade, com nossos países vizinhos, não há nenhum desentendimento. Nossas ações são contra bases militares dos EUA e alguns centros do regime sionista. Que isso não se considere ataque aos territórios desses países mencionados", justificou.

Calcula-se que os ataques do Irã tenham atingido alvos dos EUA em países como Arábia Saudita, o Bahrein, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, o Iraque, o Kuwait e a Jordânia.

Guarda do Irã diz que EUA e Israel não estarão seguros 'em nenhum lugar do mundo'

A Guarda Revolucionária iraniana disse ontem, que os Estados Unidos que "não estarão a salvo em nenhum lugar do mundo". A declaração foi dada no terceiro dia de uma guerra na qual foi morto o líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei.

A Força Quds, unidade de elite militar encarregada das operações exteriores, advertiu, em um comunicado difundido pela TV estatal, que não descansará "até que o inimigo seja derrotado" e que 'não estarão mais a salvo em nenhum lugar do mundo, nem mesmo em seus próprios lares'.

Mais cedo, o presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, afirmou que seu país não permane-

cerá "em silêncio" após denunciar "ataques" contra uma escola e um hospital, atribuídos a bombardeios israelenses-americanos.

"Os ataques contra os hospitais atentam contra a própria vida. Os ataques contra as escolas atentam contra o futuro da nação (. . .) O mundo deve condenar esses atos", escreveu Pezeshkian.

"O Irã não permanecerá em silêncio e não cederá diante desses crimes", acrescentou. O Irã afirma que um bombardeio no sábado deixou 168 mortos em uma escola no sul do país, mas nem os Estados Unidos nem Israel confirmaram o ataque, que a AFP não pôde verificar por não

ter acesso ao local. Em Teerã, um hospital foi danificado no domingo.

CONFLITO SE ESPALHA

Os Estados Unidos deram indícios na tarde desta segunda-feira de que vão ampliar seu envolvimento militar na guerra contra o Irã. Na Casa Branca, o presidente Donald Trump afirmou que uma grande onda de ataques contra Teerã está por vir. Em uma entrevista separada ao jornal New York Post, o republicano também afirmou que 'não tem medo' de enviar soldados ao Irã.

Em coletiva no Pentágono, o secretário de Defesa dos Estados

Unidos, Pete Hegseth, e o general Dan Caine, chefe do Estado-Maior as Forças Armadas americanas disseram que ampliarão o número de caças em atuação na Operação Fúria Épica.

Nesta segunda, o conflito se espalhou para outros países da região depois que Israel e a milícia xiita Hezbollah, aliada de Teerã, trocaram ataques. O país persa também lançou bombardeios com drones contra alvos em diversos países da região como o Kuwait, o Catar e a Arábia Saudita.

Ainda nesta segunda, o chefe de Segurança do Irã, Ali Larijani, afirmou que o país não negociará com os Estados Unidos.